

---

## PEFC: respaldo a programas de certificação sem credibilidade no Sul

O PEFC foi estabelecido entre 1998 e 1999 por grupos interessados pelo florestamento nacional – principalmente associações de proprietários de pequenas florestas em vários países europeus como o Pan European Forest Certification Scheme. Passou a ter seu nome atual depois de ter apoiado outros programas não europeus. O programa está dirigido pelo Conselho do PEFC que está formado por representantes dos programas de certificação nacionais e são os integrantes do PEFC. O PEFC não é um simples programa de certificação com um padrão simples, senão um programa para apoiar programas de certificação nacionais.

Do mesmo modo que com outros programas de certificação, ainda que o PEFC tivesse o intuito de certificar o manejo florestal, também incluiu plantações de árvores como “florestas” certificáveis.

Várias características do PEFC fazem que seja o selo perfeito para plantações insustentáveis no Sul, como é evidenciado nos dois artigos a seguir sobre certificação no Chile e no Brasil.

Como afirma um relatório do FERN (2004), “Em nenhum dos padrões do PEFC, os direitos indígenas são reconhecidos”, acrescentando que “Essa é uma preocupação específica, já que o PEFC incorporará em breve programas tropicais nos que as problemáticas dos direitos indígenas e direitos territoriais são uma preocupação importante.” Isso já aconteceu.

Nesse relatório, o FERN também considerou que “o fracasso do PEFC para reconhecer integralmente os direitos territoriais das comunidades locais é uma omissão séria, já que implica a falta de uma exigência para uma consulta adequada às partes interessadas locais durante o processo de certificação. Isso é especialmente relevante já que o PEFC está a ponto de apoiar programas não europeus em países onde a discussão sobre os direitos territoriais e reforma da legislação florestal são a chave para melhorar o manejo florestal. Se o PEFC não reconhecer essa problemática, põe seriamente em perigo a uma ampla série de organizações ambientais e sociais nesses países bem como no Norte.”

Tal preocupação é agora uma realidade: as plantações no Chile e no Brasil, às que os povos indígenas se opuseram firmemente porque as companhias plantadoras se apossaram de suas terras, têm recebido o selo avalado pelo PEFC.

O único motivo pelo qual o PEFC não foi “atacado” no Sul é que os programas de certificação que tem aprovado têm tão pouca credibilidade que não mereceram qualquer atenção das organizações envolvidas na luta contra as plantações.

O relatório do FERN também afirma que o PEFC “ainda não modificou os fundamentos do sistema adotando uma participação igualitária dos diferentes grupos interessados. Ainda dá o predomínio à indústria florestal e aos proprietários da floresta no desenvolvimento do programa e na elaboração dos padrões. Não é, portanto, um projeto independente. Além disso, “a consulta às partes interessadas durante o processo de certificação não é exigida, mesmo que alguns projetos nacionais tenham realizado consultas às partes interessadas.” Para piorar as coisas, “as visitas de campo não são exigidas em nenhum dos casos.”

---

Isso tudo significa que em países tais como o Chile e o Brasil, os padrões são estabelecidos pelas próprias companhias plantadoras que serão certificadas, que a consulta adequada é inexistente e que as visitas de campo não são nem sequer necessárias- pelo menos significativas visitas de campo.

Tal como foi manifestado pelo FERN, “o limiar para ser avalado é tão baixo que a maioria dos programas de certificação podem cumprir os requisitos.” Isso resultou verdadeiro.

A esse respeito, o FERN afirma “ o PEFC França, que não tem um padrão mínimo de performance, não certifica no nível da Unidade de Manejo Florestal -FMU (sigla em inglês) e não requer nenhuma visitas de campo” e adverte que “Isso não é um bom prognóstico para as florestas certificadas com um programa de certificação tropical que agora quer ter acesso ao PEFC”. Também isso resultou verdadeiro: centenas de milhares de hectares de plantações espalhadas em milhares de unidades de manejo- as quais nunca foram visitadas por certificadores estão- agora certificadas no Chile e no Brasil sob a proteção do PEFC.

Em resumo, o aval do PEFC pode ter credibilidade em alguns países europeus mas nos dois projetos abaixo analisados (CERFLOR e CERTFOR), transformou- se simplesmente em uma ferramenta para providenciar o acesso ao mercado de monoculturas de árvores em grande escala caracterizadas por produzirem o pior tipo de dano social e ambiental.

- FERN (2004).- Pegadas na floresta. Práticas atuais e futuros desafios da certificação florestal.  
[http://www.fern.org/media/documents/document\\_1890\\_1900.pdf](http://www.fern.org/media/documents/document_1890_1900.pdf)